

Paraíba, 29 de Dezembro de 2015.

Prezada(o)s associada(o)s.

Conforme enunciado anteriormente, nos últimos meses de 2015, entrou em debate a questão da formulação de uma Base Nacional Comum Curricular, especialmente após a proposta elaborada por colegas para a área de História, que terá implicações sobre seu Ensino em todos os níveis.

A proposta apresentada para a área de História suscitou posições das mais diversas entre os profissionais de História do país, não havendo, até o momento, uma alternativa de consenso.

Neste sentido, a ANPUH, principalmente através de diversas de suas seções regionais, tem tentado organizar uma série de espaços para promover discussões a fim de oferecer uma posição mais assertiva sobre o caso. Dentre essas iniciativas, destaca-se a ação e publicização de debates feitas pela ANPUH-RJ, cujos textos estão em aba específica sobre a BNCC em seu site: <http://site.anpuh.org/index.php/bncc-historia> .

A ANPUH-PB também participou de um desses debates locais provocados por iniciativa da Coordenação do Curso de História da UFPB em novembro passado. Tal qual em outras ocasiões, e conforme resumo das discussões travadas naquela noite e enviado por e-mail ao conjunto dos associados, ficou patente a necessidade de aprofundamento dos debates em outras oportunidades, tendo em vista a inviabilidade momentânea de uma proposição consensual.

No entanto, a despeito da urgência e necessidade de enfrentamento coletivo da questão, temos uma série de dificuldades para realização de debates mais efetivos, especialmente por causa das dificuldades de calendário em um final de ano conturbado como foi o de 2015, que contou com longas greves das universidades públicas e das redes municipais e estadual em nosso estado.

Ainda assim, assumimos o compromisso de tentar promover alguma posição. A ANPUH Brasil assumiu a tarefa de encaminhar algo como entidade representativa até o prazo estipulado pelo MEC de 15 de março de 2016. Para tanto, solicitamos a atenção de todos para acompanhamento desses debates, com vistas a participação e promoção de discussões sobre o tema ainda neste início de ano, uma vez que a ANPUH Brasil estará aberta para receber posicionamentos das seções regionais até o próximo dia 15 de fevereiro.

Sabemos e compartilhamos, como colegas que somos, das inúmeras dificuldades para participação de processos coletivos como este, em meio aos muitos compromissos que assumimos simultaneamente. Mas acreditamos que esta seja uma questão fundamental, que merece a atenção de todos dadas as implicações que ela terá no sentido a ser assumido pelo Ensino de História e na própria formação e ação profissional de nossos colegas nos próximos anos. Não podemos abrir mão de um espaço de diálogo, ainda que seja mínimo. Por outro lado, entendemos que esta é uma necessária oportunidade de reflexão sobre nossas práticas e nossos objetivos como produtores do conhecimento histórico. Esta é uma questão que vai muito além de nossos afazeres individuais cotidianos que nos dificultam a participação em debates e proposições efetivamente coletivos de nossa categoria.

Deste modo, conclamamos as coordenações de cursos, departamentos, Grupos de Trabalho (GT) vinculados à ANPUH-PB, grupos de pesquisa, coletivos de professores, a se engajarem nesses debates e responderem a eventuais chamados que procuraremos organizar. Quem quiser contribuir por escrito, poderá remeter seu texto ao email da ANPUH-PB ([anpuhpb@hotmail.com](mailto:anpuhpb@hotmail.com)), que trataremos de divulgá-lo em nossa lista e em nosso site.

Com o intuito de subsidiar um pouco nossas posições, divulgamos a seguir uma série de links e textos que foram produzidos de forma coletiva ou individual por colegas de todo o país e que têm circulado em nosso meio, recebendo alguma repercussão. Afastada a pretensão de ser exaustivo, compilamos este material com o intuito apenas de informar sobre o atual estado dos debates em nossa comunidade, tentando refletir a diversidade de algumas das posições assumidas, além de indicar as atitudes tomadas por nossa entidade até o momento.

Contamos com o engajamento de todos!

Atenciosamente,

Diretoria da ANPUH-PB.



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA  
SEÇÃO PARAÍBA

## **Base Nacional Comum Curricular – Proposta do MEC.**

Link para acesso à proposta:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

Observação: É possível efetuar um cadastro e emitir sua opinião pessoal à proposta da BNCC diretamente no site acima indicado até o dia 15 de março de 2016.

## NOTA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA SOBRE A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC

Publicada no site da ANPUH Brasil em 4 de dezembro de 2015.

Disponível em: <http://site.anpuh.org/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias/noticias-destaque/item/3140-nota-da-associacao-nacional-de-historia-sobre-a-base-nacional-comum-curricular-bncc>

A Associação Nacional de História – ANPUH, entidade que congrega pesquisadores e docentes de História, vem acompanhando de perto as discussões que cercam o documento Base Comum Nacional Curricular proposto pelo Ministério da Educação, MEC. Até o momento nossa entidade tem estimulado que suas regionais promovam debates, encontros e discussões sobre o processo de reformulação curricular em curso e, especialmente, sobre a disciplina de História.

Nesse sentido, vale lembrar que a ideia de uma Base Nacional Comum Curricular não é nova no país, nem tampouco seu vínculo a tentativas de definição de um currículo de caráter nacional. Poderíamos remontar isso a outras épocas da história educacional identificando diferentes proposições e distintos contextos nos quais esse debate se realizou. Desde sua criação, na década de 1960, nossa entidade tem participado ativamente dos debates em torno da História que se pretende que seja ensinada nas escolas da educação básica. Temos atuado sempre em defesa de sua permanência no currículo escolar vinculada aos objetivos de uma formação intelectual e política das novas gerações que possibilite a reflexão crítica sobre o conhecimento histórico, e a defesa dos princípios básicos de uma sociedade democrática e mais justa.

As atuais formulações sobre o tema são oriundas da legislação educacional mais recente, com a inserção na Lei 13.005/2014, que estabelece o Plano Nacional da Educação, da ideia de vincular à BNCC uma "proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento" para cada ano dos ensinos nos níveis fundamental e médio. Além disso, de se constituir em estratégia visando contribuir para atingir metas do Índice de Desenvolvimento da Educação, o IDEB, indicador que é medido por uma combinação entre o fluxo escolar e o desempenho dos alunos nos exames nacionais.

Em resposta a esta demanda legal o MEC organizou um processo de elaboração da BNCC, que inclui a disciplina de História desde os anos iniciais do Ensino Fundamental até o Ensino Médio. Uma equipe de especialistas em História foi constituída e o documento da disciplina elaborado, e colocado para debate público.

Alguns pontos merecem destaque neste processo de formulação do documento curricular. O primeiro é a celeridade do processo desencadeado pelo MEC. A elaboração de um currículo envolve decisões importantes sobre a definição de objetivos, critérios de

seleção e organização dos conteúdos, métodos de ensino e processos avaliativos. Estas escolhas não são neutras e se efetivam, muitas vezes, em disputas acirradas sobre o que deve ou não ser ensinado aos alunos. Por isso, consideramos que é preciso assegurar um amplo debate que possibilite a expressão de opiniões, proposições e a construção de consensos. Nesse sentido, entendemos ser urgente a revisão do calendário de elaboração do documento dilatando o prazo para a realização de debates e construindo um novo calendário nacional com participação das entidades e outros sujeitos.

Como segundo ponto destacamos que é preciso reconhecer a diversidade de perspectivas como uma marca que caracteriza os campos de pesquisa da História e seu ensino. Nesse sentido, o processo de constituição da comissão elaboradora do texto curricular não poderia desconsiderar esta característica. Disto resulta a necessidade de ampliação ou reformulação da equipe de História segundo critérios que possam minimamente contemplar as demandas de suas diferentes subáreas de conhecimento.

Um terceiro aspecto a ser considerado diz respeito aos nexos entre a atual proposta de BNCC e a formulação de exames nacionais. Entendemos que é preciso aprofundar o debate sobre estes vínculos e esclarecer as concepções que fundamentam o currículo e os processos avaliativos, pensados no âmbito de política para a Educação Básica, e especialmente, para evitar a redução da BNCC aos estreitamentos de um currículo avaliado.

Por fim, destacamos que, até o momento, nossa entidade não foi convidada formalmente pelo MEC para integrar os debates em andamento, nem instada a se manifestar sobre o texto proposto para o ensino de História. A participação de vários associados nas discussões e na própria equipe responsável pela elaboração do documento, e a promoção de vários encontros e debates por nossas regionais, nos credencia como agentes do debate, mas não formaliza a entidade para a condição de agente interlocutor do processo de discussão e reformulação do texto curricular de História.

Assim, com o intuito de contribuir produtivamente para o debate, solicitamos uma audiência com o secretário de Educação Básica, Sr. Manoel Palacios da Cunha e Melo, com representantes de nossa entidade, para tratar dos seguintes tópicos:

1. A alteração do calendário com a ampliação do prazo para discussão do documento e da agenda de debates com o credenciamento formal das entidades para participação neste processo.
2. Reformulação da equipe de História com a ampliação do grupo de especialistas visando incluir as diferentes subáreas da História.

Maria Helena Rolim Capelato  
Presidente da ANPUH-Brasil (Biênio 2015-2017)  
Pela Diretoria da Associação Nacional de História – ANPUH

## BNCC - PRÓXIMAS MEDIDAS A SEREM TOMADAS

Publicada no site da ANPUH Brasil em 4 de dezembro de 2015.

Disponível em: <http://site.anpuh.org/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/3141-bncc-proximas-medidas-a-serem-tomadas>

Em reunião da Diretoria Nacional com a presença de representantes das s, realizada no dia 1/12/2015, após ampla discussão sobre os procedimentos a serem adotados em relação a um posicionamento da ANPUH face a proposta da BNCC, ficou estabelecido, com a aprovação de todos, que:

a) A ANPUH-Brasil, através de sua Vice-Presidente Profa. Lucilia Neves Delgado, irá ao MEC para protocolar um pedido de audiência com o Secretario Nacional de Ensino Básico Manoel Palacios, responsável pela elaboração do Programa da BNCC com o objetivo de solicitar a ampliação da Comissão responsável pela elaboração da Proposta e também ampliação do prazo para a finalização do documento, de forma a garantir uma ampla participação de representantes da área.

b)A ANPUH-Brasil promoverá ampla discussão da Proposta, com a colaboração das Seções Estaduais e, posteriormente, realizará um Seminário Geral na sede da Associação entre os dias 29/2 e 1/3 de 2016 com o objetivo de elaborar um documento critico a ser encaminhado à SEB/MEC em nome da ANPUH-Brasil.

## **BNCC: CARTA DA ANPUH-BRASIL PARA SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Publicada no site da ANPUH Brasil em 9 de dezembro de 2015.

Disponível em: <http://site.anpuh.org/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/3157-bncc-carta-da-anpuh-brasil-para-secretario-de-educacao-basica-do-ministerio-da-educacao>

São Paulo, 04 de dezembro de 2015.

Ilmo. Sr.

Prof. Dr. Manuel Palácios Cunha Melo

DD. Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação

Prezado Senhor,

Venho por meio desta solicitar a V.Sa., em nome da Associação Nacional de História – ANPUH-Brasil, audiência para tratar de assunto relativo à BNCC. Nossa entidade, que congrega pesquisadores e docentes de História, vem acompanhando, com grande interesse, as discussões que cercam o documento Base Comum Nacional Curricular proposto pelo Ministério da Educação, MEC. A Diretoria da ANPUH tem estimulado e promovido discussões sobre o processo de reformulação curricular em curso, especialmente, no que se refere à disciplina de História. Com o intuito de contribuir, de forma mais intensa, para o debate em âmbito nacional, solicito audiência com V.Sa. para tratar dos seguintes tópicos:

1. Alteração do calendário com a ampliação do prazo para discussão do documento e da agenda de debates com o credenciamento formal das entidades para participação neste processo;
2. Reformulação da equipe de História com a ampliação do grupo de especialistas visando incluir as diferentes subáreas da História.

Certa de poder contar com a atenção de V.Sa.,

Atenciosamente,

Maria Helena Rolim Capelato  
Presidente da ANPUH-Brasil (Biênio 2015-2017)  
Pela Diretoria da Associação Nacional de História – ANPUH

## **CARTA CRÍTICA DA ANPUH-RIO À COMPOSIÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR HISTÓRIA NA BASE COMUM CURRICULAR:**

Publicado em novembro de 2015.

Disponível em:

[http://rj.anpuh.org/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=60972](http://rj.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=60972)

A Base Nacional Comum Curricular foi divulgada pelo Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Básica, em setembro de 2015, apresentando componentes curriculares sujeitos à consulta pública através de um portal online, aberto para este fim até dezembro. Louvamos a iniciativa do MEC em cumprir o que estava previsto desde 1996 na Lei de Diretrizes e Bases sobre a elaboração de uma Base Nacional Curricular, metas reafirmadas ainda pelo Plano Nacional de Educação, de 2011, e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, de 2013, dando início à implementação dessa etapa específica do PNE e promovendo um debate em torno da BNCC.

No entanto, a Associação Nacional de História, Seção Rio de Janeiro, encara com perplexidade a forma como esse processo foi encaminhado pelo governo: a súbita composição de uma comissão e assessoria que, no caso da área de História, em apenas três meses – de junho a setembro de 2015 – elaborou uma proposta que se encontra em um franco descompasso com as questões debatidas na historiografia e na formação de professores. E é de suma importância que o documento que propõe o currículo escolar que se tornará obrigatório inclua temas fundamentais para a construção do campo do saber histórico e que são parte da formação do professor de história nas principais universidades. O distanciamento entre as visões que ora são apresentadas no documento preliminar revela o quanto ensino e pesquisa foram dissociados.

Conforme apontado em manifestação divulgada pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED) acerca da BNCC, a metodologia adotada para a consulta pública pressupõe apenas a indicação de ajustes pontuais no documento preliminar, não admitindo alterações relativas a seus fundamentos. Isso impossibilita um real debate acerca dos aspectos centrais da proposta que estão em desacordo com as posições dos historiadores. Questionamos então se os debates e consultas estariam sendo promovidos apenas para legitimar o documento já elaborado e indagamos qual o potencial de mudanças substantivas que podem ser feitas na proposta a partir da metodologia adotada pela Secretaria de Educação Básica do MEC.

Os problemas esboçados na composição do documento submetido à consulta pública, no que se refere ao componente curricular de História, mostram o descompasso com as pesquisas historiográficas de ponta, ignorando todo o investimento público aplicado nas

diversas subáreas dentro da História, tais como editais de pesquisa e programas fomentados pelo governo federal de incentivo à internacionalização do ensino. Nesse cenário, o que a BNCC propõe é uma história nacionalista e que não articula a integração do Brasil aos processos históricos globais. Fica, assim, evidente que os investimentos das agências de fomento em pesquisas nos Programas de Pós-Graduação em História não foram levados em consideração. Isso é extremamente grave, pois estamos lidando aqui com investimentos públicos aplicados em produção de conhecimento que não chegará ao currículo escolar.

Outro aspecto de suma importância: a temporalidade se constitui em eixo central para o conhecimento histórico, o que nos distingue de outros campos do saber. O tempo histórico é o tempo humano, o tempo da espécie humana em seu fazer-se, o Homem se reconhecendo em suas relações sociais. Neste ponto, apesar das boas intenções da proposta do componente de História na BNCC para o rompimento com uma perspectiva eurocêntrica e quadripartite, não há nada novo e realmente significativo no campo da pesquisa na área sendo incorporado ao documento apresentado. Apenas uma inversão dos parâmetros eurocêtricos por um conhecimento histórico com centralidade em uma História do Brasil. Portanto, a dimensão temporal precisa ser reelaborada e colocada enquanto eixo definidor da área, de forma semelhante ao que ocorre com a proposta de Geografia, que definiu o espaço como seu eixo fundamental.

Os estudos da pré e proto-histórias, assim como da Antiguidade e do Medievo – que foram descartados como conteúdos curriculares relevantes – pesquisam as movimentações populacionais entre os continentes, a circulação de ideias e objetos pelo Atlântico, pelo Mediterrâneo, Oceano Índico e até o Mar da China, não podendo ser confundidos com conteúdos eurocêtricos. Constituem campos fundamentais para o estudo de experiências humanas diversas daquelas nas quais os alunos estão inseridos, colocando em perspectiva uma história narrada como processo único e linear. Portanto, não perpetuam visões eurocêtricas, mas ao contrário as combatem. Ao invés de questionar cronologias, o currículo da BNCC traz visões distorcidas do passado, como se toda a história anterior às expansões marítimas modernas não estabelecesse relação com o próprio significado que adquire a América neste cenário. No conteúdo da BNCC, a formação territorial e nacional não se conecta com a história global, como se ideias, pessoas e objetos não circulassem.

Ressalta-se ainda que aspectos ultrapassados na discussão historiográfica, tais como os "ciclos econômicos", reaparecem para se fazer menção à economia colonial brasileira, reafirmando o distanciamento da BNCC com o quadro docente que se forma hoje nas instituições de ensino superior. Além disso, questionamos a centralidade do período colonial na construção da história do Brasil tal como é proposto no documento, demandando, também, melhor elaboração do enfoque sobre o Brasil império e sobre o Brasil contemporâneo, ainda que o tempo presente possa ser destacado, atendendo às demandas da escola.

Ainda chamamos a atenção para um aspecto que está em desacordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais: a falta de articulação entre os componentes curriculares. Isso é destacado na proposta quanto aos objetivos do Ensino Fundamental (anos finais) e do Ensino Médio, mas não se encontra nela a articulação interdisciplinar, distanciando áreas que historicamente carregam enormes influências e contribuem para a reflexão umas das outras, tais como geografia, filosofia e sociologia, ou ainda entre conteúdos correlatos, a exemplo da descoberta dos metais e desenvolvimento da metalurgia, que é vista em "Ciências da Natureza" no 7º ano, mas não em História. Pensamos que é urgente e necessária uma revisão da BNCC para que se possa realizar o que ela própria sugere ao organizar os componentes curriculares em Áreas de Conhecimento ("Ciências Humanas", por exemplo). Nesse sentido, a prevalecer a proposta como apresentada, desperdiça-se uma excelente oportunidade para a criação de condições favoráveis para uma verdadeira colaboração entre diferentes campos disciplinares.

Estamos, ademais, diante de uma visão prescritiva e moralizante (e não política) de cidadania, contida na proposta, na qual a resposta que se deseja do aluno já está dada no próprio modo de enunciação dos objetivos de aprendizagem. Se a resposta já está dada, o objetivo não induz à pergunta, à dúvida (pontos de partida da curiosidade e da pesquisa), à reflexão, mas apenas à busca de dados que confirmem o que, de forma apriorística, já foi enunciado como "a" dimensão cidadã. Na mesma direção, ao subdimensionar a importância do passado de outros povos, valorizando-se apenas o passado "brasileiro", o texto da base incorre num sério risco de negar o próprio conhecimento histórico enquanto conhecimento do Humano, impossibilitando a articulação crítica com a construção de outras ideias de cidadania, de política e de formação de identidades, inclusive a própria identidade nacional brasileira. Isso nos coloca o risco de propor para as próximas gerações a construção de uma visão de identidade sem alteridade.

Entender a construção da nacionalidade não pode prescindir da compreensão sobre as dimensões público/privada, o que incide no conhecimento de paradigmas centrais para a formação de aspectos que orientam os nossos princípios de ação em sociedade, orientam os parâmetros éticos que são historicamente construídos. Destaca-se que a ênfase em determinado modelo de nacionalismo proposto na BNCC, cujo objetivo destina-se à "formação do povo brasileiro", é tratada em chave épica, como na historiografia oitocentista. Estamos assim diante de uma ideia bastante limitada de cidadania – e da educação como uma espécie de "paideia" do cidadão –, limitada porque confunde "cidadania" com aprendizado de leis, regras e valores, não propondo a discussão de questões pertinentes na atualidade, como a relação com a mídia e o consumo, por exemplo.

Essa dimensão épica da História do Brasil, na qual só faz sentido o que é extensão da formação brasileira, não nos permite o importante exercício de olhar para o que se perdeu do passado e refletir sobre uma "perda" que não se explica unicamente pelas questões do presente. Daí a importância de ampliar o horizonte da "formação" a partir de "outros" passados, estendendo os horizontes de reflexão crítica sobre perspectivas

diversas, entendendo-se o aluno como sujeito histórico na construção da realidade e do conhecimento socialmente produzido.

Por fim, preocupa-nos uma proposta de componente curricular que, conforme apontado pela ANPED, na manifestação a que nos referimos, confunde "conteúdos" com "objetivos de aprendizagem", isto é, submete a lógica do currículo à definição de "descritores" e "parâmetros" que poderão servir antes às avaliações em massa do que a uma efetiva formação integral dos alunos.

Diante da seriedade e complexidade do exposto acima, vimos solicitar que a Associação Nacional de História encaminhe as seguintes solicitações ao Ministério da Educação:

1. Ampliação do prazo de discussão da Base Nacional Comum Curricular e construção de um novo calendário nacional;
2. Solicitação de alteração ou pelo menos de ampliação da equipe de História da BNCC, que deverá contemplar diferentes subáreas de conhecimento da História, garantindo a interface entre a produção acadêmica e o ensino escolar;
3. Consideração da incorporação da ampla experiência acumulada do Pibid, por meio de seus coordenadores e dos professores envolvidos, na elaboração e na agenda de discussão da BNCC;
4. Criação de condições para uma rediscussão ampliada dos fundamentos do componente curricular de História;
5. Estabelecimento de diálogo com outras instituições científicas, em especial das Ciências Humanas, e formulação de um documento comum para encaminhamento ao MEC, acerca da BNCC.

Tais considerações e propostas foram discutidas e definidas por ocasião da Jornada de História sobre a BNCC, promovida pela Anpuh Rio no dia 18 de novembro de 2015 no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, evento que contou com a participação de professores das seguintes instituições: UFF, UFRJ, UFRRJ, PUC-Rio, UERJ, Fundação Getúlio Vargas, IFRJ, Colégio Pedro II, IUPERJ, Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro e Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe).

Novembro, 2015.

Mônica Martins

Presidente da Associação Nacional de História, Seção Rio de Janeiro

Anpuh-Rio

## **CARTA DA PROFA. DRA. MARTHA ABREU SOBRE A “CARTA CRÍTICA” DA ANPUH-RIO À PROPOSTA DA BNCC**

Martha Abreu – Profa. História – UFF

Publicado em: <http://site.anpuh.org/index.php/bncc-historia/item/3126-carta-da-profa-dra-martha-abreu-sobre-a-carta-critica-da-anpuh-rio-a-proposta-da-bncc>

Caros colegas,

Entendo que documento produzido pela Anpuh seção Rio de Janeiro, e assinado por sua presidenta, Monica Martins, não representa todos os seus associados, nem todos os presentes na referida reunião de 18 de novembro. A postura da carta, rejeitando completamente o documento produzido pelo MEC, não é compartilhada por diversos outros historiadores, pesquisadores e profissionais do ensino de história. Sem dúvida, há muitas críticas e sugestões a serem feitas, mas em diálogo com o documento e com os responsáveis pela proposta do componente curricular de História da BNCC. Também divulgaremos um documento público nas redes sociais, discordando de sua forma, conteúdo e encaminhamento.

Na USP, na sexta feira última, considero que a reunião foi muito esclarecedora e aberta ao diálogo. Na abertura, a professora Hilda Micarello, assessora da Secretaria de Educação Básica do MEC para a elaboração da BNCC, apresentou a proposta geral, que vem sendo trabalhada desde 2013, e os critérios de convocação das equipes de todas as áreas: foram convocados profissionais de variadas partes do país, que atuam na pesquisa do Ensino de sua área específica e possuem experiência em reformulações curriculares realizadas em seus estados. Deixou claro também que o portal está recebendo questionamentos e sugestões (que estão sendo processadas por uma equipe da UNB) e que serão ouvidas todas as associações científicas, de historiadores e de pesquisadores do ensino de história.

Uma boa notícia é que o documento hoje disponível será revisto pela equipe, depois dessa primeira rodada de críticas e sugestões, e mais uma vez apresentado para debate. Só depois de todas essas rodadas teremos o documento final, que deverá ficar pronto em julho. Como leitores críticos, estavam presentes Maria Helena Capelato, Marieta Moraes Ferreira, Marcelo Magalhães (UNIRIO), Helenice Rocha (UERJ), Luis Fernando Cerri (UEPG), Renilson Rosa Ribeiro (UFMT), Arnaldo Pinto (UFSC), Rafael Teixeira (UFG). Para as próximas rodadas serão convocados outros leitores críticos e ouvidas nossas associações.

Entre vários pontos destacados pelos leitores críticos, foi valorizada a ênfase na história da diversidade étnico-racial e cultural da população brasileira, a preocupação com períodos mais recentes da história e a busca por um perfil mais claro para o Ensino Médio. Sem dúvida, foi problematizada a opção pela história do Brasil como eixo central de ensino. Se há dúvidas em relação a esse recorte, há certezas em relação à necessidade de realizarmos opções de contextos históricos. A maior parte dos leitores críticos presentes discorda da visão de que o documento apenas valoriza a história do Brasil, ou indica a construção de uma história ufanista. Em vários momentos do documento são valorizados os nexos e as articulações da história do Brasil com a história local e global, com outras histórias, processos e temporalidades. Claro, todos apontaram que a articulação com o global e com outras temporalidades deve ser mais perseguida e aprofundada, inclusive com história antiga.

Outro aspecto discutido foi a dificuldade de o documento delimitar processos históricos e temporalidades em certas problemáticas e áreas geográficas selecionadas. Sugerimos, com ênfase, a explicitação e a delimitação dos processos históricos, das temporalidades e seus problemas nas séries do ensino fundamental e médio. Recomendamos ainda que sejam ouvidos especialistas em áreas específicas da historiografia.

Abraço,

Martha Abreu.

## **POSIÇÃO DE UM GRUPO DE HISTORIADORES FLUMINENSES ENVIADAS À ANPUH BRASIL EM 30 DE NOVEMBRO DE 2015, ACERCA DA “CARTA CRÍTICA DA ANPUH-RIO AO COMPONENTE CURRICULAR HISTÓRIA NA BNCC**

Enviada em 23 de novembro de 2015.

Disponível em: <http://site.anpuh.org/index.php/bncc-historia/item/3146-posicao-de-um-grupo-de-historiadores-fluminenses-enviada-a-anpuh-brasil-em-30-de-novembro-de-2015-acerca-da-carta-critica-da-anpuh-rio-ao-componente-curricular-historia-na-bncc>

Prezada Direção Nacional da Anpuh,  
Prezadas Maria Helena Capelato e Tania de Luca,

Nós, abaixo assinados, membros da Anpuh /Rio de Janeiro, entendemos que a "Carta Crítica da Anpuh/Rio ao Componente Curricular História na BNCC" , assinada pela presidente Monica Martins, não representa todos os seus associados, nem todos os presentes na referida jornada de 18 de novembro. A postura da carta, rejeitando o documento produzido pelo MEC, não é compartilhada por diversos outros historiadores ligados ao ensino e à pesquisa em história. Sem dúvida, há muitas críticas e sugestões a serem feitas, mas defendemos que o diálogo com o documento e com os responsáveis pela proposta precisa ser fortalecido.

Martha Abreu – UFF  
Helenice Rocha – UERJ  
Marcelo Magalhães – UNIRIO  
Hebe Mattos – UFF  
Luis Reznik – UERJ  
Maria Regina Celestino – UFF  
Maria Aparecida Cabral – UERJ  
Marieta de Moraes Ferreira – UFRJ  
Giovana Xavier – UFRJ  
Warley da Costa – UFRJ  
Alvaro Nascimento – UFRRJ  
Keila Grinberg – UNIRIO  
Vania Moreira – UFRRJ  
Marcia de Almeida Gonçalves – UERJ  
Carmen Gabriel – UFRJ



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA  
SEÇÃO PARAÍBA

Ana Maria Monteiro – UFRJ

Rui Aniceto Fernandes – UERJ

Carina Martins – UERJ

Sonia Wanderley – UERJ

Mariana Muaze – UNIRIO

Juçara Mello - PUC- Rio

Priscilla Leal Mello – UERJ

Ana Maria Santiago – UERJ

## **NOTA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES E PROFESSORES DE HISTÓRIA DAS AMÉRICAS (ANPHLAC) SOBRE A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)**

Publicada no site da ANPHLAC em dezembro de 2015.  
Disponível em: [http://anphlac.fflch.usp.br/noticia\\_49](http://anphlac.fflch.usp.br/noticia_49)

Nos últimos meses muito tem sido discutido sobre a Base Nacional Comum Curricular, que tem como fim precípua instituir um currículo mínimo para os Ensinos Fundamental e Médio nas escolas brasileiras. Na área de História, a versão apresentada pelo governo e submetida à consulta pública tem recebido tanto críticas quanto adesões. Profissionais da área de História da América se manifestaram expressando suas posições e colaborando com revisões e leituras críticas. A ANPHLAC vem a público apresentar algumas considerações relativas a esse processo.

- a Base tem o mérito de abordar significativamente a área de História da América, mas assume uma perspectiva que não contempla - ou inclui de forma sumária - as conexões e/ou confrontos entre os espaços europeu e americano. Contemplar estas dimensões não é incompatível com uma perspectiva crítica ao eurocentrismo, que sempre foi um aspecto valorizado por nossa Associação, desde a sua fundação, em 1993. Ainda assim, se a discussão se coloca como necessária - tal como os recentes debates têm mostrado - faz-se mister realizar essa reflexão com cuidado e maior aprofundamento, o que não se faz possível, por outro lado, no tempo exíguo dado à consulta pública, mesmo considerando seu prazo dilatado (16 de março de 2016), incompatível com a agenda da Associação, como explicaremos no item abaixo.

- A realização de uma mudança da envergadura que se pretende demanda uma discussão mais ampla e profunda, envolvendo toda a comunidade de professores e pesquisadores. No que concerne à nossa área, realizamos eventos bianuais, estando o próximo marcado para julho de 2016. Uma posição definitiva da ANPHLAC em relação a conteúdos e perspectivas demandaria um debate mais detido e prolongado nas instâncias desse nosso Encontro bianual. Diante desse quadro, vimos demandar às partes competentes uma prorrogação de prazo para a instituição das mudanças almejadas. Prevenindo-nos em relação a uma eventual impossibilidade de prorrogação do prazo e, conseqüentemente, à inviabilidade de encontro presencial até a tomada de decisão sobre as mudanças do currículo, solicitamos aos associados, desde já, que encaminhem à Diretoria da ANPHLAC as suas contribuições, para que possamos definir, até março de 2016, uma posição que contemple minimamente as reflexões dos integrantes da ANPHLAC.

Também queremos comunicar que a ANPHLAC, que não foi consultada ou convidada a participar da elaboração da atual proposta da BNCC, está à disposição para, por meio de sua Diretoria e do GT de Ensino de História da América, tomar parte do processo. Outrossim, informa que empenhará esforços para incluir o tema e o debate no próximo Encontro, em julho de 2016.

Diretoria da ANPHLAC

## HISTÓRIA DA AMÉRICA E A BNCC

Publicado em dezembro de 2015.

Disponível em: <http://site.anpuh.org/index.php/bncc-historia/item/3129-historia-da-america-e-a-bncc>

Quem se debruça sobre o componente de História na BNCC logo perceberá que grande parte da história da humanidade não foi contemplada. A história da Antiguidade, da Idade Média, está ausente. A história da Idade Moderna e da Idade Contemporânea está sub-representada. A Europa moderna aparece em função das "conquistas" da América e da África. Pretende-se com esses recortes dois objetivos: primeiro trazer para o aluno um mundo mais próximo e portanto mais fácil de ser aprendido, e segundo escapar às visões eurocêntricas que tem impregnado o ensino de história desde que este constitui parte dos currículos escolares. Começaremos por este último objetivo.

Como diz Edgardo Lander, com o colonialismo na América inicia-se não apenas a organização colonial do mundo, mas –simultaneamente– a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória, e do imaginário. "Dá-se início ao longo processo que culminará nos séculos XVIII e XIX e no qual, pela primeira vez, se organiza a totalidade do espaço e do tempo –todas as culturas, povos e territórios do planeta, presentes e passados– numa grande narrativa universal" (LANDER, 2005). O pensamento crítico tem abordado nas últimas décadas estas questões, seja reunido em torno do pós-colonialismo, do pós-ocidentalismo, da perspectiva sul-sul ou por outros modelos e teorias, e isso tem sido levado às salas de aula das universidades e às abordagens das pesquisas.

A interpretação do Michel Rolph Trouillot sobre a independência do Haiti pode inscrever-se nessa trajetória. Trouillot colocou Haiti no centro do debate sobre os processos políticos e sociais americanos. Ele categorizou a independência do Haiti como um "não evento". Segundo o autor os contemporâneos do processo não podiam compreender a revolução em seus próprios termos porque ela não se encaixava na realidade e nas categorias dos homens da Ilustração. A possibilidade de que os "negros" de uma colônia francesa pudessem pensar a liberdade e atuar para assegurar seus direitos como homens era inconcebível dentro da ordem ontológica, compartilhada por boa parte do mundo ocidental. A ordem ontológica com a qual os europeus classificavam o mundo reservava aos povos não europeus um lugar inferior ao deles. Esse lugar em que os outros podiam ser situados dependia de uma escala com diferentes graus de humanidade. Aos povos africanos correspondia um dos graus inferiores dessa escala. Essa representação do mundo tinha sido criada pelo pensamento cristão e renascentista, e reeditada pelo Iluminismo e pelo pensamento científico. Mas a evidência empírica

demonstrava outra coisa, demonstrava que os escravos de Saint-Domingue, a colônia que se transformaria em Haiti, atuavam politicamente. (Trouillot, 1995) A incapacidade para compreender os acontecimentos de Saint-Domingue, a ponto de negá-los, deveu-se a fato de que rompia com os três discursos mais problemáticos da modernidade: a escravidão, a colonização e a raça. Uma das perguntas que se faz Trouillot é: podem narrativas históricas dar conta de eventos que são inverossímeis para o mundo no qual acontecem?

Nós nos perguntamos como poderia ser operacionalizada esta análise sem conhecer o pensamento da Renascença e da Ilustração. Excluir o conhecimento dos processos históricos europeus desde a antiguidade até o período da expansão ultramarina portuguesa (porque a ênfase é em Portugal) em lugar de gerar pensamento crítico capaz de analisar, desnudar e interpretar o eurocentrismo, nos deixará sem ferramentas para sua crítica. O que deve mudar é o ponto de vista. Não ficarmos cegos. Não devemos trocar um etnocentrismo por outro.

E aqui chegamos a outro ponto dos que queremos abordar. Os problemas da BNCC não se reduzem às ausências, também as presenças são questionáveis. História da América é uma das áreas que está presente nesta proposta que, parafraseando a Von Martius, propõe ensinar a história do Brasil como a história da formação de seu povo, incluindo nesta formação a "mescla das raças": índios, africanos e portugueses. Daqui se infere que África e América ganharam destaque quantitativo, mas não qualitativo. América aparece em função do Brasil, assim como Brasil aparece frequentemente fora da América. E os índios? Por vezes são brasileiros, por vezes americanos. Reconhecidos politicamente quando organizados em movimentos sociais (CHHI7FOA090) ou em função da conquista (CHHI8FOA101), senão são atrelados a objetivos sobre mitos, cosmogonias, representações (CHHIMOAO24). A diferenciação entre Incas e Tupis está dada pela forma de ocupação do território. As formas de organizações políticas no Brasil só são consideradas no período da colonização portuguesa (CHHI6FOA074).

A "conquista da América" aparece em função da expansão ultramarina europeia (CHHI8FOA106) e não poderia ser de outra forma já que a base trabalha como conceito de conquista. Então, o mundo europeu, Renascença, artes e ciências ingressam em função do expansionismo europeu (CHHI8FOA107). A conquista e colonização tomam conta de grande parte da realidade americana entre os séculos XV e XIX, deixando pouco ou nenhum lugar para os processos de etnogênese (CHHI8FOA110, CHHI8FOA111). Como foi salientado por Henrique Estrada em sua apresentação da Jornada de Debate sobre a BNCC organizada pela ANPUH Rio, as respostas que se esperam do aluno já estão dadas na fórmula que anuncia o objetivo. Desta forma, com a resposta preconcebida o objetivo de aprendizagem não induz à pergunta ou ao questionamento, mas apenas conduz a confirmar a hipótese subjacente, como por exemplo no objetivo CHHI8FOA113: "Compreender a Independência como um momento de reordenamento das relações de poder no interior do Brasil, por meio do estudo dos conflitos que demarcaram os primeiros momentos do país, tais como a Abdicação e a Cabanagem". Se

bem que em todos os objetivos tiveram o "cuidado" de colocar o conteúdo específico como sugestão, precedidos de formulas como "tais como", "como por exemplo" etc., o prescritivo está na enunciação que precede: "compreender como um momento de reordenamento das relações de poder". Ainda sobre a questão das Independências, se bem que estas são inseparáveis da Revolução Francesa e da Revolução Liberal espanhola, o certo é que há dinâmicas atlânticas bem mais abrangentes, e dinâmicas continentais (andinas) que informam esse processo. A BNCC retoma uma visão totalmente eurocêntrica ao colocar a Revolução Francesa como centro de irradiação das revoluções pela independência (CHHI8FOAIII); por que não as revoluções indígenas que estremeceram as Américas? Ou a revolução americana que antes impactou na Francesa?

Temos feito uma passagem rápida por alguns objetivos da BNCC para reafirmar que os problemas não são pontuais, mas dizem respeito a uma concepção de história.

Sobre o propósito das ausências (História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea), que permitiriam apresentar ao aluno um mundo mais próximo, questionamos que seja possível ensinar alteridade sem considerar outros distantes no tempo e no espaço; alteridade do parecido a nós, não é alteridade. É subestimar o aluno.

#### Referências bibliográficas

- LANDER, Edgardo. 2005. A colonialidade do saber eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. 1995. Silencing the Past: Power and the Production of History. Boston: Beacon Press.

Graciela Bonassa Garcia - UFRRJ  
Jessie Jane Vieira de Souza - UFRJ  
Marcelo da Rocha Wanderley - UFF  
Maria Teresa Toribio Lemos - UERJ  
Maria Verónica Secreto - UFF  
Norberto O. Ferreras - UFF  
Ronald Raminelli - UFF  
Vanderlei Vazelesk- UNIRIO  
João Márcio Mendes Pereira - UFRRJ  
Maria Elisa Noronha de Sá - PUC-Rio  
Elisa Frühauf Garcia - UFF

## **CARTA DE REPÚDIO DO FÓRUM DE PROFISSIONAIS DE HISTÓRIA ANTIGA E MEDIEVAL À BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR DE HISTÓRIA**

Publicado em 26 de novembro de 2015.

Disponível em: <http://site.anpuh.org/index.php/bncc-historia/item/3127-carta-de-repudio-a-bncc-produzida-pelo-forum-dos-profissionais-de-historia-antiga-e-medieval>

### **CARTA DE REPÚDIO À BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR DE HISTÓRIA**

**Rio de Janeiro, 26 de novembro de 2016.**

Nós, abaixo-assinados, manifestamos nosso profundo repúdio à forma de elaboração e ao conteúdo do componente História da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), divulgada recentemente pelo Ministério da Educação.

É preciso questionar a pertinência de um documento estabelecido nos moldes de um currículo mínimo. Tal formato teria como consequência a limitação da autonomia pedagógica de educadores e educadoras da área de História em todo o território nacional e em todos os segmentos do ensino. Acreditamos que uma Base Nacional Curricular Comum deveria restringir-se ao estabelecimento de conceitos e habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes, tendo fundamento em objetivos pedagógicos essenciais à construção do raciocínio histórico. Desta maneira, tal documento deveria se caracterizar pela ampliação de possibilidades de aprendizado através da sugestão de temas e procedimentos de ensino e pesquisa. Esses, por sua vez, deveriam ser escolhidos autonomamente pelos professores e professoras em conjunto com seus estudantes na construção de seus objetivos pedagógicos.

Os problemas de uma Base estabelecida como currículo mínimo se agravam quando são levadas em consideração as condições da formulação do documento. Por ocasião da Jornada promovida pela ANPUH-Rio em 18 de novembro de 2015, Cláudia Ricci, assessora do componente curricular História da equipe da BNCC, revelou que a comissão responsável por tal componente se constituiu plenamente apenas três meses antes da sua publicação. Esta comissão reuniu um conjunto de profissionais que não reflete a diversidade observada no campo de História no país. Ademais, não houve nenhum diálogo durante o processo de elaboração da Base, fosse com os professores-pesquisadores inseridos nos diferentes segmentos, fosse com suas entidades representativas. Por fim, os próprios critérios de seleção daqueles responsáveis pela redação do documento foram pouco transparentes e nada democráticos.

A mesma falta de diálogo que foi observada no processo de elaboração da BNCC se repete no atual estágio de discussão com a sociedade civil. A consulta pública foi

reduzida a sugestões para correções e acréscimos pontuais. Dessa forma, nega-se à sociedade a possibilidade de um debate efetivo sobre quais deveriam ser os princípios orientadores de uma base nacional curricular. Consultas apressadas em escolas e secretarias de educação por todo país, poucos debates em universidades e associações científicas, além do engessado sistema de contribuições através da plataforma online criam somente a ilusória percepção de um diálogo, destinado apenas à legitimação de um processo antidemocrático. Esse quadro foi ainda mais agravado pelo curto período estabelecido nos prazos instituídos pelo Ministério da Educação - o documento foi divulgado em setembro, e a consulta pública será encerrada no dia 15 de dezembro.

Um processo construído desta maneira apenas poderia resultar em um documento com graves problemas de conteúdo. A falta de diversidade que caracterizou a seleção dos agentes envolvidos na elaboração da Base impediu a construção de um documento plural. O componente História acabou inteiramente subordinado a uma perspectiva nacionalista, tributária de uma concepção historiográfica do século XIX. Isto impede um ensino de História fundamentado em critérios mais amplos e cria dificuldades também para a abordagem dos próprios temas relativos à História do Brasil.

Uma vez que a ideia de Nação é apresentada como critério basilar para pensar a nossa história, desconsideram-se e/ou excluem-se outras variáveis igualmente decisivas para a formação dos discentes. Uma formação plural deve envolver elementos mais heterogêneos, que superem os limites das identidades nacionais e envolvam diversas questões sensíveis aos estudantes. Se, por princípio, as identidades são relacionais, a ausência de variáveis que permitam o contato com as alteridades empobrece de modo significativo a formação humanista dos estudantes.

A Base, portanto, limita a pluralidade dos passados ao partir da centralidade da ideia de nação. O sintoma mais claro disto é a omissão de temas relativos a passados distantes, cuja análise permitiria aos estudantes refletirem acerca de experiências diversas daquelas em que estão diretamente envolvidos, tanto cronológica quanto geograficamente. Dessa forma, é igualmente empobrecedora, por exemplo, a exclusão de História Antiga e Medieval, baseada na falsa assunção de que só é possível pensar a Antiguidade e o Medievo sob o ponto de vista eurocêntrico. É necessário colocar essas histórias em uma perspectiva mais ampla, que inclua experiências anteriores ao século XVI, tais como a dos povos nativos das Américas, da África e de outras sociedades, para desta maneira permitir a construção de narrativas que justamente questionem o eurocentrismo. O mesmo princípio se aplica à subordinação, à história nacional do Brasil, de temas ligados a temporalidades posteriores ao século XVI.

O enquadramento nacionalista do componente História da BNCC restringe os estudantes a uma narrativa histórica única. Por fim, cabe recordar, com o escritor Octavio Paz, que "a pluralidade de passados torna plausível a pluralidade de futuros".

Fórum dos Profissionais de História Antiga e Medieval

## **CARTA DE PROFESSORES DE ANTIGA E MEDIEVAL DO NORTE E NORDESTE SOBRE A BNCC:**

Publicada em 25 de novembro de 2015.

PDF disponível em: <http://site.anpuh.org/index.php/bncc-historia/item/3149-carta-de-professores-do-norte-e-nordeste-sobre-a-bncc>

## **CARTA DA ABREM (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS MEDIEVAIS) SOBRE A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC):**

Publicada em 25 de novembro de 2015.

PDF disponível em:  
[http://www.abrem.org.br/images/Carta da ABREM sobre a BNCC I.pdf](http://www.abrem.org.br/images/Carta_da_ABREM_sobre_a_BNCC_I.pdf)

# UM MANIFESTO PELA HISTÓRIA E PELAS EXPERIÊNCIAS DAS CULTURAS DA ANTIGUIDADE

Publicado em Novembro de 2015.

Disponível em: <http://site.anpuh.org/index.php/bncc-historia/item/3123-manifesto-do-gtha-sobre-a-bncc>

Adriene Baron Tacla  
Alexandre Carneiro Cerqueira Lima  
(UFF/ NEREIDA/ GTHA/ ANPUH)

Em 2016 realizaremos a reunião do GTHA na UFF com a temática "Novas Fronteiras de Pesquisa em Antiguidade no Brasil", entretanto a proposta de currículo de História da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) encontra-se na contramão das políticas de ensino governamentais tanto quanto das atuais abordagens de pesquisa e ensino de História e de História Antiga no Brasil e no mundo. Hoje, o governo federal possui programas de incentivo à internacionalização do ensino (a exemplo dos programas Ciência sem fronteiras do CNPq e Escola de Altos Estudos da CAPES, para só citarmos dois dos mais famosos) e na academia falamos de História Global e Transnacional, que renovou a reflexão acerca das fronteiras nacionais (como colocam Curthoys e Lake em "Connected Worlds History in Transnational Perspective" de 2005). Nesse cenário, a BNCC vem propor uma história nacionalista e que não pensa a integração do Brasil ao restante do globo. Como explicar à sociedade brasileira, aos pais e alunos essa incoerência em termos de programas e políticas nacionais de ensino e pesquisa?

A proposta da atual Base Nacional Comum Curricular não fomenta ao jovem estudante o exercício de raciocínio histórico, pautado na comparação e na transversalidade. Temáticas como 'escravidão', 'navegação', 'colonização', 'leitura' poderiam ser trabalhadas em sociedades/ culturas separadas no tempo e no espaço. Percebe-se um total desconhecimento, por exemplo, de propostas renovadoras no campo da História Comparada (pensamos aqui nas últimas obras de Marcel Detienne ou mesmo da história global ou das histórias conectadas – haja vista os trabalhos de Sanjay Subrahmayan). O conteúdo curricular da base trabalha somente com uma história nacional e, mesmo assim, de forma acanhada e simplória. As atuais abordagens na área de História do Brasil são ignoradas, e até mesmo se mantém uma visão ultrapassada da organização da economia brasileira nos períodos colonial e imperial, para citarmos apenas um exemplo. Fica, assim, evidente que o investimento das agências de fomento (CAPES, CNPq, FAPERJ e FAPESP, dentre outras) em pesquisas nos Programas de Pós-Graduação em História, sobretudo das pesquisas feitas no âmbito dos programas de níveis 6 e 7 na avaliação da CAPES, não foram levados em consideração. O 'fosso' entre Pesquisa e Ensino não apenas permanece, mas se alargou. Isso é extremamente grave, pois estamos

lidando aqui com investimentos públicos para a produção de conhecimento, que deveria ser empregado na formação de nossos jovens.

A proposta de História na BNCC não respeita o estudante, aliás, enxerga o (a) jovem como 'incapaz' de poder compreender experiências múltiplas e diversas ao longo da História da Humanidade. Isso demonstra um total desconhecimento da atual juventude brasileira, extremamente 'conectada' com as redes sociais e com o vasto manancial de informação disponível na WWW. A rede mundial de computadores (internet) descortina um mundo de amplos horizontes para os jovens brasileiros que vão além de uma sala de aula, de uma escola, de uma rua, de um bairro, de uma cidade e de um país. Tratar somente de uma História Nacional (e desconectada – com o perdão do trocadilho...), sem levar em conta as experiências de outras sociedades e culturas não irá jamais cultivar o exercício histórico de comparação e de tecer relações/ conexões no tempo e no espaço. Pior, cria-se a ilusão de que o conhecimento histórico em nada se relaciona com o mundo vivenciado pelo alunado. O (a) jovem brasileiro(a) tem o direito de possuir uma formação pautada pelo exercício do reconhecimento das diversas experiências/alteridades. Acima de tudo, os jovens brasileiros têm o direito de compartilhar do conhecimento produzido pela humanidade, nem que seja ao menos dos grandes marcos da história mundial a fim de compreender e criticar o mundo em que se inserem, o mundo em que vivem.

Ao contrário do que concebem os idealizadores do currículo de História da BNCC, a História Antiga e também a Medieval não estão tão distantes dele. Como podem os jovens brasileiros entender o que representou a entrada dos tanques americanos sobre os vestígios da antiga Babilônia (no atual Iraque) ou mesmo o saque e a destruição do museu do Iraque, se nada sabem a respeito da sociedade da antiga Mesopotâmia? Vale destacar que alguns dos primeiros selos de escrita da humanidade foram roubados durante esse saque. Como podem entender os embates das guerras étnicas da Europa contemporânea sem nenhum conhecimento do Medievo? Como podem entender os usos da Antiguidade e do Medievo nos discursos políticos contemporâneos, se nada conhecem desse passado?

Os estudos da pré e proto-histórias, assim como da Antiguidade e do Medievo, hoje pensam as movimentações populacionais entre os continentes, a circulação de ideias e objetos pelo Atlântico, pelo Mediterrâneo, Oceano Índico e até o Mar da China. Portanto, não perpetuam visões eurocêntricas, mas ao contrário as combatem. Ao invés de questionar cronologias, o currículo da BNCC cria visões distorcidas do passado, como se a história anterior às expansões marítimas modernas em nada tivesse a ver com a história do Brasil, como se a própria história do Brasil não se inserisse em uma história global e conectada, como se ideias, pessoas e objetos não circulassem, ou melhor dizendo, circulassem apenas em épocas e terrenos claramente circunscritos e selecionados – Brasil, América e África a partir de 1500 d.C., e como se questões políticas internacionais (mesmo dessas épocas) não tivessem intercessões com os debates e movimentos que ocorrem no país.



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA  
SEÇÃO PARAÍBA

O GTHA colheu sugestões a partir de uma discussão entre seus membros e organizou um conjunto de propostas, a saber:

- 1) fazermos um texto coletivo repudiando a BNCC e apontando todos os erros, problemas e distorções que ela pode gerar;
- 2) colocarmos o texto como petição online a ser assinada pelos colegas dos GTs que com ela concordarem, destacando as siglas e cargos de cada um;
- 3) solicitar que especialmente os chefes de departamento e coordenadores de licenciatura de todos os cursos de História assinem, assim como as regionais da ANPUH;
- 4) enviar a petição ao MEC e publicar no site da ANPUH Brasil.

## **SOBRE A BNCC E OS HISTORIADORES**

Hebe Mattos  
Professora Titular em História do Brasil – UFF

Publicado em 2 de dezembro de 2015.

Disponível em:

<http://conversadehistoriadoras.com/2015/12/01/sobre-a-bncc-e-os-historiadores/>

É com preocupação que tenho acompanhado a reação indignada, predominante em alguns círculos historiográficos, à divulgação, para consulta pública, do texto de história da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), em elaboração no MEC. Como todos os outros textos da base, trata-se de um texto preliminar, aberto à discussão, construído por uma equipe de pesquisadores da área de ensino da disciplina em questão. Este caráter técnico do recrutamento do grupo de trabalho, efetuado a partir da expertise no campo do ensino da disciplina, tornou possível que o próprio ex-ministro da educação, professor de filosofia e ética da USP, Renato Janine Ribeiro, fosse o primeiro a fazer ressalvas públicas ao texto base de história, em sua conta pessoal no [facebook](#). Um comentário postado por ele teve grande repercussão na imprensa.

“O documento entregue, porém, na sua primeira versão ignorava quase por completo o que não fosse Brasil e África. Pedi que o revissem. (...) Mas o grupo que elaborava a base não entendia assim. Não havia sequência histórica. (...) Queriam partir do presente para ver o passado. No caso do Brasil, por exemplo, propunham a certa altura estudar revoluções com participação de escravos ou índios. E deixavam de lado a Inconfidência Mineira!”, [escreveu o ministro](#).

Li este pequeno comentário, publicado na imprensa, antes de conhecer o texto completo publicado por Renato Janine. Imediatamente me lembrei da minha principal experiência com o ensino da história. Há quinze anos atrás, deixei a meio caminho a coordenação da equipe de história do Telecurso 2000, da Fundação Roberto Marinho, por desentendimentos com a direção da Fundação, que passavam pelo lugar da Inconfidência Mineira nas aulas de história e por um suposto ‘excesso’ do tema da escravidão nas aulas propostas para a história do Brasil. A crítica me soou como um convite para que eu lesse com atenção o que “o grupo que elaborava a base” estava propondo. Pareceu-me que eles podiam estar disputando os repertórios que ainda hoje compõem as narrativas canônicas da história brasileira. Construídos quase todos, como sabemos bem, a partir de uma

perspectiva racista e eurocêntrica, no século 19 ou na primeira metade do século 20. Ganhavam minha simpatia.

Eu ainda estava lendo o documento com a atenção que merece, para formar minha opinião sobre ele, quando tive acesso a uma segunda crítica, que se pretendia devastadora. A atual diretoria da ANPUH-Rio de Janeiro convocou uma jornada de estudos para discutir o texto. Já na convocação, me chamou a atenção que o GT História Indígena e o GT Emancipações e Pós-Abolição, que reúnem inúmeros historiadores do Rio de Janeiro, muitos com destacado reconhecimento internacional, não tivessem sido formalmente convidados. E mesmo o GT Ensino de História, presente à reunião, foi desconsiderado na redação do documento final, divulgado no site da Associação. A carta acabou por gerar um pequeno abaixo assinado daqueles que não se sentiam representados pelo texto, encabeçado pelos representantes do GT de ensino de história na reunião e pela minha colega Martha Abreu.

Pessoalmente, me senti profundamente incomodada com o tom dos primeiros parágrafos da carta crítica, que vaticinava que a proposta em discussão estava em flagrante “descompasso com as pesquisas historiográficas de ponta”. Concedia ao texto, apenas, “a boa intenção” de romper com uma perspectiva eurocêntrica e quadripartite do tempo histórico. Ainda que sem sucesso, pois, para os autores, “o tempo histórico é o tempo humano, o tempo da espécie humana em seu fazer-se, o Homem se reconhecendo em suas relações sociais”. Quase parei a leitura após esta frase. Pelo menos na minha área de estudos, o ser humano universalizado no masculino e com agá maiúsculo não se faz presente em qualquer pesquisa de ponta. Há muitos anos.

Voltei à leitura do documento proposto para discussão, com redobrada boa vontade. Não sei se precisamos de uma base curricular comum. Se precisamos, ela sem dúvida deve ser amplamente discutida com a comunidade de educadores, de historiadores e com a sociedade, antes de ser aprovada. Mas fico feliz que tenhamos largado para discussão a partir de um documento tão radical no seu esforço de romper com o eurocentrismo que informa a concepção de história até agora predominante no ensino de história do país. Inclusive nas nossas universidades.

Por onde recortar para apresentar aos estudantes uma história global não eurocêntrica? Do neolítico à internet, como escolher o que estudar? A entrada pela história do Brasil, espaço de inserção política do estudante, faz todo sentido no contexto de um base curricular mínima *nacional*. E pode ser amplamente cosmopolita, se conseguir articular de forma consistente o local, o global e o

nacional. A ênfase nas representações do passado no tempo presente também me pareceu chave interessante para propor recortes em sala de aula, capazes de ajudar o professor a problematizar as noções de tempo e de historicidade, matérias primas da disciplina da história. Os usos do passado no presente são também ferramenta eficaz para elencar conteúdos programáticos anteriores à colonização portuguesa no Brasil, problematizando legados filosóficos, artísticos ou religiosos fortemente presentes na contemporaneidade. No conjunto, porém, parece-me necessário precisar mais quais contextos, em cada uma das fases do aprendizado, permitirão refletir sobre a *dimensão temporal da história humana*, bem como sobre a alteridade entre épocas e culturas.

De fato, concordo com algumas das críticas elencadas pelo ex-ministro Janine ou pela carta da ANPUH-Rio, apenas me parece que elas devem ser dirigidas aos especialistas que vem trabalhando o documento, para que a proposta seja aperfeiçoada. No texto apresentado, em especial na proposta de ensino médio, o esforço de se libertar da organização eurocêntrica da história resultou, em grande medida, em uma dificuldade de abordar historicamente a centralidade da expansão europeia para a própria construção de uma “História do Brasil”. A incorporação da noção de história Atlântica, articulando América, Europa e África, a partir da expansão marítima e comercial europeia, pode ser uma chave de leitura eficaz para superar o problema. Algum investimento na interdisciplinaridade com a filosofia e a sociologia me parece também fundamental.

A ideia de fazer uma base nacional curricular mínima é em si bastante problemática. Pessoalmente, não gosto da ideia. Currículos mínimos pressupõem consensos mínimos sobre o que deve ser ensinado e isso não é fácil. E também não é estritamente técnico. Em nenhuma área. Nas ciências humanas mais do que nas outras.

Por outro lado, o grupo que elabora a base foi recrutado entre os especialistas em ensino de história, campo que teve importante desenvolvimento nos últimos anos. É uma área que vem pensando há anos como ensinar a história, para quem estamos ensinando história e para que serve a história ensinada. Seus especialistas estão fortemente embasados no que de melhor tem acontecido nas salas de aula do ensino básico e das universidades na matéria. O MEC mostra-se consciente do caráter preliminar da proposta apresentada – e da delicadeza política da missão, o que é bastante auspicioso. A base está aberta para críticas e comentários em um site específico, e diversos historiadores, nacionalmente reconhecidos e com interface com o campo do ensino da história, de diversas áreas, foram convidados a atuar como leitores críticos, conforme adiantou o ex-



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA  
SEÇÃO PARAÍBA

ministro Renato Janine e relatou Martha, em [carta](#) divulgada em sua conta pessoal no facebook. Outros historiadores e nossas associações serão todos ouvidos. Pessoalmente, redigi uma pequena contribuição sobre o texto, que pode ser acessada [aqui](#).

Com as tensões teóricas e políticas inevitáveis à decisão de construir um currículo mínimo nacional, e tendo em vista *a obrigatoriedade legal* de abordar a história indígena, da África e da cultura afro-brasileira, o trabalho me parece estar muito bem encaminhado.

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 2015

Hebe Mattos

## RESPOSTA A HEBE MATTOS: “SOBRE A BNCC E OS HISTORIADORES”

Alexandre Santos de Moraes

Publicado em 2 de dezembro de 2015.

Disponível em: <http://site.anpuh.org/index.php/bncc-historia/item/3135-resposta-a-hebe-mattos-sobre-a-bncc-e-os-historiadores>

*Peço licença  
Aos donos da mangueira  
Pra ver uma pastora  
Que eu gostei de ver  
Que eu gostei de ver sambar  
(Peço Licença—Zé Kéti)*

Zé Kéti, que era compositor da Portela, endereçou o samba Peço Licença "aos donos da Mangueira". No programa MPB Especial de 1973 ele nos conta que namorava uma moça chamada Tina, filha de Tinguinha, vice-presidente da Estação Primeira. Como era radicado em outra agremiação, era de bom tom que chegasse devagar, com respeito, sinalizando suas boas intenções. Era como se fosse um estrangeiro adentrando um território hostil. Peço licença a Zé Kéti para adotar o mesmo expediente nesse texto, bem diferente no compasso e no *entushiasmós* que sua música provoca. Peço licença porque respeito a posição de minha colega de departamento, porque sinalizo a intenção de promover um diálogo democrático acerca da BNCC, mas, principalmente, porque me sinto um estrangeiro nessa questão.

Concordo com o texto de Hebe Mattos em muitos pontos. Estou de acordo, por exemplo, que é preciso questionar a necessidade de uma Base Nacional Comum, variável que se for levada a sério faz ruir todo o debate subsequente, já que o conteúdo fica subordinado ao princípio que rege sua existência. Concordo também que é preciso um diálogo com toda a comunidade de educadores, de historiadores e com a sociedade antes de ser aprovada. Mas é aí que surge o hiato que distingue a forma com que nos posicionamos. Após essas considerações, ela escreve: "Mas fico feliz que tenhamos largado para discussão a partir de um documento tão radical no seu esforço de romper com o eurocentrismo que informa a concepção de história até agora predominante no ensino de história do país".

Antes de tudo, não acredito que essa discussão esteja realmente acontecendo. A forma com que a BNCC foi apresentada, de supetão, com mais ou menos três meses para a consulta pública, é o primeiro ponto. Três meses é tempo suficiente para ler, refletir, criticar e propor uma alternativa a um documento dessa envergadura até então desconhecido? Mais do que isso, só podemos criticar aspectos pontuais, pois seus fundamentos estão blindados. A proposta só pode ser aperfeiçoada, e não repensada. Não há diálogo aberto se os termos são limitados por princípio, de modo que a ideia de consulta pública fica perigosamente comprometida. E vou além: por se tratar de um documento que busca prescrever aquilo que os professores deverão ensinar, seria de bom tom que todos os procedimentos e critérios que presidiram sua elaboração estivessem bem expostos. Quem tem interesse na discussão não pode ser tratado como estrangeiro, até porque xenofobia deveria ser coisa do passado. Não questiono a competência de quem redigiu a BNCC, mas que instância burocrática fez essa seleção? Quais foram os critérios? Por que apenas especialistas em Ensino de História? Pesquisa e ensino estão separados, a despeito dos discursos que criticam sua dissociação? Quem estabeleceu os critérios do que pode ser criticado? Quem vai analisar e julgar quais as críticas que procedem? Essa é apenas a ponta do iceberg, pois há que se discutir com clareza que modelo de educação está se buscando e, principalmente, qual é a real influência de entidades privadas nesse processo. Se a largada se deu dessa forma, temo que sejamos retardatários nessa corrida. Estrangeiros em um país de língua estranha.

Outro ponto importante, que tem sido pouco problematizado pela rapidez com que o debate precisa ser feito, é a questão do eurocentrismo. Estou plenamente de acordo que é um tema que exige reflexão, mas desconfio que a crítica ao eurocentrismo não se radique apenas na exclusão ou nas menções esporádicas a eventos históricos que seriam peculiares à Europa ou, melhor dizendo, ao espaço que hoje compreende aquilo que chamamos Europa. Fico imaginando que boa parte dos autores que nos estimulam a pensar os problemas brasileiros são europeus, e eles escrevem *na* e *para* a Europa na maioria das vezes. O eurocentrismo estaria apenas no sumário dos assuntos que poderíamos debater ou nos modelos que dão caldo para os assuntos debatidos? Mais do que isso, será que os pesquisadores que elaboraram a BNCC sabem que é possível pensar a Grécia Antiga, por exemplo, para além do paradigma eurocêntrico? Recordo o livro *Unthinking the Greek Polis—Ancient Greek History beyond Eurocentrism* (2007), de Kostas Vlassopoulos, que desencadeou uma discussão muito em voga sobre a forma com que os modelos nacionalistas europeus atuaram na construção da história da Grécia Antiga. Ora, se a crítica é ao eurocentrismo, se o problema está colocado e se ele participa da forma com que refletimos sobre a Antiguidade, o que justifica a absoluta exclusão da História Antiga do currículo escolar? Chega a ser curioso que a história dos gregos seja identificada com eurocentrismo no exato momento em que boa parte dos próprios gregos, em função da longa e interminável crise econômica, questione seu lugar na União Europeia.

Mas estou razoavelmente de acordo com Hebe Mattos quando ela diz que "A entrada pela história do Brasil, espaço de inserção política do estudante, faz todo sentido no contexto de uma base curricular mínima *nacional* [grifo dela]". No entanto, faço uma ressalva, pois temo que essa entrada não possua uma saída. Ela não é apenas o ponto de partida, mas também o de chegada. O problema não é fazer uma História do Brasil, mas uma História do Brasil que opera sob a lógica do nacionalismo (uma ideia, aliás, bastante europeia e eurocêntrica). Todos nós fazemos História do Brasil, ainda que pesquisemos a Antiguidade. Ainda que o célebre aforismo de Croce soe um pouco *démodé*, é difícil negar que toda história seja contemporânea, até porque Marc Bloch (e este não sai de moda!) sinalizou que "passado não é objeto de ciência". O Brasil e as questões de nosso tempo estão sempre incrustados em nosso horizonte. Por que não discutir a República Romana colocando nossa própria República em perspectiva? A questão feminina na Atenas Clássica, que ganhou fama cá no Brasil a partir da fina ironia de Chico Buarque, não nos ajudaria a refletir sobre as diferenças de gênero em nosso tempo? Não seria proveitoso comparar a democracia ateniense com a nossa democracia, como muitos historiadores brasileiros já fizeram? E que tal refletir sobre o "branqueamento" dos egípcios antigos, objeto de análise, por exemplo, do historiador senegalês Cheikh Anta Diop, que teve sua tese de doutoramento recusada na Paris de 1951 por levantar essa discussão? Penso que a BNCC limitou uma proposta que, em si, é boa. Todos os temas são importantes, mas a forma com que são abordados é tão empobrecedora que produz ausências inadmissíveis. Começou mal, nos confins de um gabinete, razão pela qual feriu os olhos quando conheceu a luz do dia.

É por essas razões que não concordo com Hebe Mattos quando ela sugere "que a incorporação da noção de história Atlântica, articulando América, Europa e África, a partir da expansão marítima e comercial europeia, pode ser uma chave de leitura eficaz para superar o problema". A ideia é boa, mas pra mim continua sendo pouco. Podemos ir além. Até porque nem mesmo o samba, caso se concorde com Hermano Vianna, símbolo sempre evocado para a exortação da brasilidade, nasce dialogando com o estrangeiro. Decerto não tanto por ser um misto de coreografia africana com fandango espanhol e portugueses (como relatou o viajante Thomas Lindley em 1802), mas porque se rebelou, desde seu nascedouro, à *finessè* e às regras de etiqueta das elites baianas e cariocas que desconfiavam do ritmo vadio que até hoje nos faz sentir um pouco mais brasileiros quando ouvimos. Os gregos chamavam essa sensação de *enthusiásmos*, palavra que por causa de nossa própria história dispensa tradução.

Niterói, 2 de dezembro de 2015—Dia Nacional do Samba.

Alexandre Santos de Moraes

## NOVA FACE DO AUTORITARISMO

Ronaldo Vainfas

Professor História – UFF

Publicado em *O Globo* em 5 de dezembro de 2015.

Disponível em: <http://site.anpuh.org/index.php/bncc-historia/item/3147-nova-face-do-autoritarismo>

Ronaldo Vainfas, *O Globo*, 05/12/2015.

Não é de hoje que o Estado brasileiro tenta estropear o ensino da História no país. No regime militar, a principal tentativa veio com a obrigatoriedade do ensino de Estudos Sociais, fundindo a História e a Geografia em uma mesma disciplina, em detrimento de ambas. Foi uma decisão do governo Médici, em 1971, no auge da ditadura, restrita ao atual ensino fundamental, antigo primeiro grau. O modelo era o do Social Studies dos EUA, que concebia o estudo da História a partir de círculos concêntricos: família, escola, bairro, cidade, país. Um modelo limitado, ao mesmo tempo individualista e nacionalista. O combate à História como disciplina se alastrou para o antigo secundário, atual ensino médio, com a imposição das disciplinas Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Educação Moral e Cívica. Tais reformas foram executadas nas gestões dos ministros Jarbas Passarinho e Ney Braga no MEC, ambos militares reformados engajados no golpe de 1964.

A sociedade brasileira reagiu, e a História foi restaurada como disciplina específica, entre 1984 e 1993, em meio ao processo de redemocratização do país. Atualmente, ela integra o currículo mínimo do ensino fundamental e do ensino médio. Os diversos Parâmetros Curriculares Nacionais garantiram a interdisciplinaridade, sem rejeitar a especificidade do conhecimento histórico: a diacronia, as particularidades.

Eis que agora vem à baila a discussão da Base Curricular Comum, urdida pelo Estado desde o primeiro governo lulopetista. Nunca se soube como foram escolhidos os membros da comissão encarregada do trabalho, cujos nomes só agora vêm a público, muito menos as instruções que receberam deste governo cara de pau. O fato é que os trabalhos da comissão foram consolidados em 2014, ano eleitoral, e publicizadas em 2015. O conceito de Base Curricular Comum é, por si mesmo, discutível, ao presumir uma uniformidade de conhecimentos desejáveis, sobretudo em História, para um país gigantesco e diverso.

O mais grave, porém, é a retomada da postura autoritária, ainda que invertendo a chave da ditadura militar. A disciplina História prevista pelo regime lulopetista estabelece para o fundamental I o ensino de sujeitos, grupos sociais, comunidades, lugares de vivências

e, por fim, o dos "mundos brasileiros". Conceitos abstratos e anódinos, impossíveis de serem ensinados a crianças, salvo como doutrina. Os primeiros dois anos do fundamental II prosseguem nesta linha abstrata de "processos e sujeitos".

Imagine-se o aluno que ingressar no ensino médio com tais "conhecimentos" incertos. E logo no primeiro ano, terá aulas sobre os "os mundos ameríndios, africanos e afro-brasileiros", matéria aprofundada no ano seguinte, com o estudo dos "mundos americanos", para culminar com os "mundos europeus e asiáticos" no terceiro ano. Nunca houve, na história deste país, parafraseando o "grande líder", um ataque deste jaez ao ensino da História.

O ensino da História do Brasil sempre foi problemático entre nós, brasileiros, sendo ora admitida como disciplina específica, ora inserida na História Geral. Reaparece, na versão lulopetista, de maneira desastrosa. A comissão encarregada de formular o currículo comum não se avexa de escrever que "ênfatiza-se a História do Brasil como o alicerce a partir do qual tais conhecimentos serão construídos ao longo da educação básica".

Nem mesmo a reforma do ministro Francisco Campos, em 1931, ou a de Gustavo Capanema, em 1942, ministros de Getúlio Vargas, ousaram perpetrar tal decreto, entronizando o Brasil como o centro do mundo. E o tempo era revolucionário, golpista, ditatorial — depende da interpretação.

A proposta da comissão do MEC para o ensino da História em 2015 é, portanto, uma aberração. Mutila os processos históricos globais, aposta na sincronia contra a diacronia, é fanática pelo presentismo. Incentiva ódios raciais e valores terceiro-mundistas superados. Estimula a ignorância, ao colocar a História ocidental como periférica, na realidade como vilã. Combate o eurocentrismo com um brasilcentrismo inconsistente. É uma aposta no obscurantismo, inspirada por um modelo chavista de política internacional. Que Deus salve o Brasil desta praga — só apelando a Deus, *et pour cause*.

*Ronaldo Vainfas é historiador*

O Globo, 05/12/2015.

## **NA BATALHA DAS CARTAS: Vozes de historiadores e o debate contemporâneo sobre a Base Nacional Comum**

6 de dezembro de 2015.

Disponível em:

<http://grupohistoriadorbrasil.blogspot.com.br/2015/12/debate-sobre-bncc-contribuicao-profa.html>

Sonia Regina Miranda  
Professora do Departamento de Educação/ Programa  
de Pós-Graduação em Educação  
Universidade Federal de Juiz de Fora

Tive o prazer e o privilégio de ser aluna, nos idos dos anos 80, do (para mim saudoso) professor **Ciro Flamarion Cardoso**, parceiro do professor **Ronaldo Vainfas** em uma obra essencial para o campo dos historiadores: “Os domínios da História”, publicada pela Editora Campus no ano de 1997 e reeditada pela mesma Editora sob o nome “Novos Domínios da História” no ano de 2011.

Quando fui sua aluna, eu era uma jovem historiadora em meu percurso de Mestrado junto ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense e o professor **Ciro** já era, àquela altura, um prestigioso historiador, conhecido para muito além de nossas fronteiras nacionais.

Falo primeiramente em prazer porque o professor **Ciro** era um professor magistral. Suas aulas eram acontecimentos. Eram estimulantes ao pensamento, atravessadas por sua profunda erudição e por sua capacidade fina e peculiar de engendrar a reflexão e a problematização entre os estudantes, todos então jovens historiadores como eu. Foram aulas muito importantes em minha vida e em minha formação como historiadora.

Falo, por outro lado, em privilégio, porque o professor **Ciro** era também um historiador magistral, com apurada reflexão no campo da metodologia e epistemologia da História. Ele colocava sua experiência e sua capacidade intelectual em movimento àquela altura num contexto singular de nossa historiografia: o cenário de ampliação do universo de possibilidades investigativas e recortes teóricos atinentes ao campo da História.

Todavia, nem sempre, na condição de professor e pesquisador, o professor **Ciro** conseguia apresentar uma perspectiva equilibrada no tocante à possibilidade de suas ideias serem debatidas num plano efetivamente dialógico e formativo. Em sala de aula

suas posições quanto a determinadas escolhas emanadas de uma nova historiografia emergente eram, frequentemente, apresentadas como oposições acirradas, postas muitas vezes, sob forte polarização e desqualificação daquilo que representava uma perspectiva diferente de olhar. Seu livro *Ensaio racionalistas* é uma expressão importante e historicamente datada desse acirramento, ainda que, sob meu ponto de vista, seja uma leitura muito relevante e incrivelmente atual. As posições ali expressas são duras quanto à renovação pretendida pelas novas bases historiográficas do pós 80 e por grupos de historiadores emergentes que militavam em prol da expansão do conhecimento histórico nacional. Em alguns casos a meu ver, suas posições eram capazes de produzir mais muros do que pontes no interior do debate acadêmico. Perceber essa característica não me faz admirar menos aquele professor, nem trazer dele menos carinho em minha saudade de suas aulas, mas me faz percebê-lo como um sujeito situado num tempo e, nesse sentido, humano.

Pois bem, foi um pouco após o contexto de amplificação dos debates provocados por aquele livro tão polêmico do professor *Ciro* que, na tessitura do clássico “*Domínios da História*” o professor *Ronaldo Vainfas*, num dos exercícios mais belos de sua função como historiador e em um dos momentos a meu ver mais brilhantes de sua carreira – ao menos dentre aqueles que pude ler e acompanhar mesmo após o momento em que passei a me dedicar substantivamente ao campo de pesquisas do Ensino de História – nos brindaria com um texto também magistral e, para mim, um marco no pensamento histórico brasileiro. Me refiro ao texto “*Caminhos e Descaminhos da História*”, justamente o artigo que encerra aquela coletânea organizada por ele e por seu então parceiro *Ciro Cardoso*, publicada pela primeira vez no ano de 1997.

Naquele texto sintetizador e substantivo, ao se remeter aos paradoxos postos no embate historiográfico contemporâneo no Brasil e no mundo e aos impactos das polarizações entre perspectivas indiciárias na investigação histórica vistas em contraposição a perspectivas hipotético-dedutivas e totalizantes, o professor *Ronaldo Vainfas*, numa postura de valorizar o diverso e o diálogo, nos advertiu para o fato de que: “Entre a problemática do agrário e a da sexualidade, entre a das indústrias e a das mulheres — oposição que reconheço ser muitas vezes mais retórica e didática do que efetiva — diversas linhas ou campos de investigação, por assim dizer intermediários, permitem relacionar o macro ao micro-histórico, promovendo algum diálogo entre a postura explicativa e a descrição do detalhe cultural, ou seja, entre a(s) realidade(s) e suas representações”.

O que me parece essencial no texto do professor *Ronaldo Vainfas* escrito em 1997 é que ele foi capaz de convocar a toda uma comunidade de historiadores a pensar no fato de que “as abordagens macro e micro-histórica não são necessariamente excludentes, apesar de originárias de paradigmas distintos e, até certo ponto, opostos”. Ao explicar a necessidade de um olhar mais matizado – e conseqüentemente dialógico, construtor, o professor *Vainfas* naquele texto segue nos explicando que ele não via com nitidez “qualquer vantagem ou superioridade a priori de um sobre outro em termos epistemológicos, mas sim, fundamentalmente, diferentes escalas ou pontos de

observação”. E o professor Ronaldo Vainfas termina então aquele texto nos convocando a pensar no fato de que longe de estarmos num cenário de propalado Fim da História, em um território de embates o essencial “é percorrer os caminhos e descaminhos da história, enfrentando-se com serenidade as diferenças de opinião e opção teórica. Embate de paradigmas, portanto, questão a ser discutida”.

Por que eu fui buscar aquele texto para lê-lo mais uma vez em minha vida no dia de hoje – 6 de dezembro de 2015- para além das muitas leituras que eu já havia feito daquele artigo muito presente, diga-se de passagem, em minhas disciplinas na Universidade? Porque eu achei que, depois de ler o artigo publicado ontem no Jornal O Globo, assinado pelo professor Vainfas sob o título “NOVA FACE DO AUTORITARISMO”, não estivéssemos falando do mesmo Ronaldo Vainfas daquele texto de 1997. É verdade que ao longo de quase duas décadas as pessoas mudam. E que bom que pessoas mudam! Raul Seixas já nos dizia - com muita poesia - que preferia ser “uma metamorfose ambulante do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo”. Eu também prefiro e, por essa razão, tenho acompanhado os debates sobre a Base Nacional Comum em alguns espaços, muito mais escutando do que falando ou escrevendo. Tenho sentido necessidade do tempo do silêncio contemplativo para me posicionar e formar minhas próprias opiniões.

Todavia, a mudança no pensamento do professor Vainfas – e especialmente de sua postura de convocação ao embate – me assustou demais. Fiquei consternada após ler ao menos umas cinco vezes seu artigo publicado, infelizmente, num Jornal com grande impacto na formação de opinião pública a partir de matérias frequentemente generalistas e rasas, superficiais e pouco fundamentadas no contradito e, conseqüentemente, na possibilidade de se constituir olhares mais complexos e matizados sobre aquilo que ganha expressão de opinião.

Ao começar vinculando a relação entre o Estado Brasileiro e o campo curricular o professor Vainfas o faz, convenhamos, a partir de uma perspectiva muito instrumental do Estado – questão já vencida inclusive teoricamente no campo dos estudos sobre as relações entre Sociedade, Estado e Educação, assim como no campo de estudos sobre currículos. Parece que o professor se restringe a reconhecer o Estado exclusivamente como instrumento de dominação de uma classe sobre outras, e desconhecendo o fato de que no caso das instituições escolares e na formulação de políticas públicas há o envolvimento permanente de intelectuais que emergem não abdicando, necessariamente, de seus lugares enunciativos.

Fica claro, ao menos para mim, que o professor muito descontente e aborrecido com aquilo que designa por lulopetismo [talvez seja importante dizer que também não morro de amores por nada do que está acontecendo no Governo Dilma e por muitos equívocos cometidos em nome de um nefasto jogo político] lança mão do argumento de autoridade situado em torno de seu lugar de historiador para, no caso do debate em torno da Base Nacional Comum, jogar fora “a água do banho com a criança junto”, utilizando aqui uma expressão popular. Devo dizer, para deixar claro meu lugar enunciativo, que embora não

faça e nunca tenha feito parte dos quadros do PT e nem ter qualquer pretensão nesse sentido, que minha avaliação do Governo Lula é a de que houve muitos e significativos avanços sociais, em todas as direções e setores. E o faço olhando a sociedade de meu lugar como historiadora, ou seja, pensando que numa trajetória longa na sociedade brasileira, romperam-se alguns ciclos viciosos e engendraram-se novos mecanismos de operação utilizados para pautar os processos políticos de transferência de renda. Mas claro, houve também fragilidades essenciais que cabem ser combatidas, questionadas, denunciadas. Também me sinto indignada ao ver muitas coisas indevidas, acordos políticos obscuros. Não gostaria que nada disso estivesse acontecendo.

Digo isso porque me parece importante apontar que parto de um horizonte de olhar diferente do professor Vainfas. Também parto de um cenário de inserção profissional diferente da dele. Ao invés de me manter no campo da historiografia e da pesquisa histórica stricto sensu, me desloquei para o campo da Educação e da pesquisa em Ensino de História, o que me fez pautar outras problemáticas investigativas que são singulares em face da ciência de referência.

Eu diria, sinteticamente e tentando reduzir a um aspecto específico um debate posto num contexto inflamado acerca desse campo, que pesquisar o ensino de História hoje nos leva ao desafio de compreender que o Saber Histórico Escolar é um saber específico, que possui finalidades didáticas particulares e distintas das finalidades postas no âmbito das ciências de referência. Nesse sentido, esse campo de saber, há ao menos umas três décadas, vem sendo revisto em nível nacional e mundial, a partir de outras possibilidades e paradigmas de Ensino, que não se restringem nem aos clássicos modelos pautados num código disciplinar que nasceu ancorado na quadripartição europeia e nem ao cânones de um olhar no qual a explicação se sobrepõe à problematização e à construção do conhecimento pautada na centralidade do sujeito epistêmico. Isso significa pensar que, há ao menos umas três décadas, a pergunta essencial deixou de ser o “como se ensina?” para ser “como se aprende?”. Sem dúvida, essa mudança de perspectiva provocou um giro de olhar muito importante e que precisa comparecer nos debates sobre a Base Nacional Comum antes de nós a classificarmos, genérica e simplistamente, como uma “aberração”.

Eu já tive oportunidade de expressar publicamente a necessidade de, nesse debate, sermos capazes de separar o joio do trigo e compreendermos que uma coisa é aquilo que envolve a discussão da proposta de História na Base e o trabalho executado por seus formuladores, e outra coisa é o que envolve as ferramentas e procedimentos disparados pelo MEC para possibilitar os debates e a construção desse documento.

Quando proponho diferenciar o papel da equipe de professores e pesquisadores que trabalhou na construção da proposta do quadro de gestão do MEC, o faço para evitar o risco de colocarmos no mesmo patamar sujeitos e intencionalidades muito distintas. Quando o professor Luiz Carlos Freitas, num dos textos clássicos de seu blog nos convoca a pensar no fato de que “não há base para a base” ele aponta problemas estruturais, derivados de decisões tomadas no âmbito burocrático do MEC e que

envolvem aquilo que eu já havia apontado em meus primeiros incômodos: trata-se de um documento global e de uma organização de cronograma e ações destinados a criar parâmetros para um projeto de avaliação em larga escala e não um documento que indique que tipo de educação queremos para um dado projeto de nação. Na verdade, não estou segura sequer quanto ao fato de ter havido clareza –e principalmente discussão coletiva - em relação a um projeto de nação no qual a Educação possa emergir com um papel definido e estratégico. O documento em seu conjunto é frágil no sentido de evocar seus valores essenciais, seus princípios éticos e epistemológicos, bem como os eixos que permitiriam um trabalho interdisciplinar entre diferentes áreas de conhecimento. A metodologia adotada para participação é arriscada e vinculada a participações tópicas, que não garantem a proposição de reflexões mais globais especialmente porque a página da base é cheia de erros técnicos, não viabilizando portanto o debate em tempo real. Eu mesma tentei me cadastrar como pessoa física por diversas vezes e o sistema acusava erro, sendo que só consegui um cadastro através de meu grupo de pesquisa, como organização. O tempo proposto para a finalização do processo é exíguo e desfavorável a um diálogo efetivo com entidades representativas e movimentos sociais.

Por outro lado, o grupo de trabalho que se dedicou à formulação do documento preliminar o fez com compromisso e clareza em relação a um princípio que para mim é muito caro e com o qual eu comungo: a ideia de que não precisamos mais seguir reforçando um dado código disciplinar constituído há mais de um século porque ele se mostrou inconsistente em histórias de escolarização pelo mundo afora. Esse código disciplinar, assentado numa perspectiva totalizante quanto ao tratamento do tempo, num olhar que não consegue abandonar o progresso como modo de organizar os discursos sobre o passado não se coaduna com desafios centrais enfrentados pela sociedade brasileira contemporânea. A equipe teve clareza e coragem no sentido de dizer NÃO a esse paradigma. Ao mesmo tempo a equipe tomou uma decisão a meu ver importante: priorizar o tratamento das questões atinentes à Lei 11645 e suas derivações, num contexto em que o coro dos descontentes a essa lei é cada vez mais caudaloso e que se mistura ao argumento pífio defendido no âmbito do movimento pró escola sem partido, por exemplo. Assim, penso que a tomada de decisão geral é consistente e coerente. Ao mesmo tempo eu discordo do argumento reducionista de que ao abdicar de uma grande história europeia estamos assumindo um ensino de História empobrecido. Também discordo das análises que leem a proposta exclusivamente como uma alternativa Brasilcêntrica e que abdica de outras temporalidades e territorialidades. Me senti muito contemplada, assim, quando li as ponderações apresentadas pelas professoras Hebe Mattos e Martha Abreu, que formulam um olhar muito mais voltado ao dialogismo e a uma construção que não se esgota na mera devastação pautada em argumentos de superfície, tampouco numa espécie de “retórica da perda” situada em torno das manifestações de grupos específicos, tais como aquelas que temos visto em torno da ideia de que a base não serve porque “retirou” história Antiga e Medieval. Não acho que o documento em sua versão preliminar evidencie qualquer perspectiva que sustente essa retórica. O que o documento faz é deixar claro que foram feitas seleções,

afinal o metiér do historiador é, por natureza, seletivo e envolve, portanto, escolhas e exclusões. O que se apresenta como saber escolar não pode ser esquizofrênico e contraditório em face dessa dimensão de seletividade estrutural, não sendo possível preconizar um ensino totalizante e capaz de seguir focalizando “toda a História” porque isso não só não é possível, como também não é necessário tendo em vista a Educação voltada à compreensão da História enquanto modo particular de conhecer e explicar o mundo.

Do ponto de vista da proposta de História o documento está pronto e finalizado? Não e provavelmente nunca estará exatamente porque compreendo um documento curricular como um texto aberto, cuja construção ocorre no âmbito das práticas docentes. Como eu o vejo hoje?

- 1- Como um documento que cumpre um papel no sentido de engendrar um debate e um caminho consequente para a Educação dos jovens e crianças. Ele permitiu e está permitindo o debate entre nós porque é um documento que apresenta elementos novos diante de uma cultura histórica totalizante e quadripartite. Nesse sentido, reconheço seu caráter de abertura.
- 2- Como um documento que garante uma construção favorável à manutenção e aprofundamento dos elementos políticos pautados pela Lei 11.645, aqui pensada em suas tensões, lutas e conquistas, que não são poucas
- 3- Como um documento no qual a dimensão de problematização própria do procedimento histórico encontra-se presente em suas linhas e entrelinhas, o que preconiza a revisão de um ensino baseado na centralidade da aula expositiva e do professor como única autoridade no processo educativo.
- 4- Como um documento que precisa ser mais debatido, com mais tempo, até pela própria equipe que o formulou e vem trabalhando nele, que por certo também trabalhou sob tempos muito exíguos. O que se apresenta como parte comum, em face da possibilidade de emergência de uma parte diversificada é, a meu ver, excessivo. Fiz uma contagem dos descritores ano a ano e com esse procedimento podemos verificar assimetrias importantes. Tais assimetrias são pertinentes não só quanto ao excesso de conteúdos previstos (o caso do 8º. E 9º. Anos do ensino fundamental é dramático, assim como o Ensino Médio) quanto a inconsistências que precisariam ser mais bem discutidas envolvendo a progressão conceitual inerente aos conteúdos propostos ano a ano, considerando-se um olhar longo desde a Educação Infantil.
- 5- Um documento que precisaria revelar de modo mais claro para o professor a problemática da construção da temporalidade histórica na criança e no jovem, o que também envolveria mais tempo de formulação por parte da equipe de trabalho.

Como eu vejo o movimento administrativo e político do MEC no sentido de garantir a implementação da base? Como uma sequência de ações arriscadas e pouco favoráveis ao necessário projeto de legitimação que precisa se constituir em torno de uma proposta que se pretenda nacional. Acima de tudo, como um movimento pautado numa pressa

que eu, sinceramente, não consegui ainda compreender. Portanto, o mais sério no momento atual é, a meu ver, envolver a pressão sobre o MEC no sentido do próprio Ministério reconhecer as fragilidades estruturais em torno desse movimento e botar o pé no freio, garantindo um processo exitoso ou, ao menos, menos atabalhado.

Certa vez li uma entrevista de Pierre Vilar na qual lhe perguntavam para que serve um aluno aprender História e ele disse mais ou menos o seguinte: “serve para fazer os jovens a serem capazes de ler jornal. Se não servir pra isso, não serve para nada mais”. Concordo completamente e cada vez mais com Pierre Vilar. Vivemos em uma sociedade na qual o excesso de informações e conteúdos que se esgotam em aulas expositivas não responde aos desafios de presente e futuro.

Em meio a muitas seleções possíveis, a equipe formuladora da proposta tentou favorecer aquilo que me parece ser importante à sociedade brasileira hoje: pensar sua singularidade e sua riqueza, além de suas contradições, sem que isso represente abdicar de um olhar sobre um conjunto maior no qual estamos inseridos e, ao mesmo tempo, sem se restringir a uma abordagem totalizante, sequencial e conteudista.

Voltando ao tema da complexidade posta no ambiente da História e da historiografia pautadas pelo professor Ronaldo Vainfas do ano de 1997, sigo acreditando, como ele, que é “preciso percorrer os caminhos e descaminhos da história, enfrentando-se com serenidade as diferenças de opinião e opção teórica. Embate de paradigmas, portanto, questão a ser discutida”.

Isso vale tanto para a História em geral, quanto para seu ensino e para o campo da Educação em sua complexidade. Isso vale também para pensarmos o nosso papel político, enquanto historiadores, no cenário de disputas discursivas e ideias amplificadas pelos meios de comunicação que, como sabemos, não são nada neutros, tampouco imparciais, especialmente quando nos referimos ao quadro Brasileiro contemporâneo. Nossa voz importa e pode fazer a diferença, inclusive, para lermos jornal. Nesse sentido, sigo preferindo aquele Vainfas tão estimulante de 1997.

(Sonia Miranda em 06/12/2015)

## **MANIFESTO PÚBLICO DO COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA DA UNIOESTE (CAMPUS MARECHAL CANDIDO RONDON) SOBRE A PROPOSTA DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA A ÁREA DE HISTÓRIA**

Publicado em 23 de dezembro de 2015.

Disponível em:

<https://www.facebook.com/historiaunioeste/posts/1682755308637861>

No dia 30 de novembro de 2015, o durante Assembleia Ordinária do Colegiado do Curso de História da Unioeste (CCH), Campus Marechal Cândido Rondon, um dos itens elencados em pauta foi a apreciação e deliberação de encaminhamentos do CCH sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de História. Em meio ao debate, foi sugerida a formação de uma Comissão de Análise composta por professores e estudantes do curso. A Comissão ficou responsável por analisar o documento e acompanhar o debate na mídia por meio de artigos publicados na internet por jornais de grande circulação e pelas entidades representativas docentes (como a ANPUH). Após a realização de dois encontros feitos pela Comissão, e como fruto das reflexões realizados, a Comissão decidiu elaborar um texto no qual condensamos uma análise crítica da BNCC-História, que foi apresentado, debatido e aprovado pelos professores e estudantes do CCH em Assembleia Extraordinária especificamente convocada para esta discussão, realizada no último dia 14 de dezembro.

Foi identificada uma série de problemas graves e cruciais no documento no que concerne ao tratamento desigual e desarticulado dos conteúdos curriculares. Dentre eles, destacamos:

1. A ênfase excessiva em História do Brasil, com significativo prejuízo da abordagem dos processos históricos mais gerais;
2. O uso de baliza temporal quase sempre referida ao século XVI (período da colonização brasileira) torna quase insignificante aos alunos as aprendizagens de outros contextos históricos, especialmente os referentes à História Antiga e Medieval, além de depor contra a noção de diversidade defendida pela BNCC;
3. Desestruturação da linha temporal, com perda das referências cronológicas e da noção de processo histórico, com conseqüente fragmentação do conhecimento histórico;
4. Um visível reducionismo acrítico e a ausência de historicidade no uso de categorias e conceitos, em substituição às categorias/conceitos explicativos mais gerais, bem como a clara indução de uso deles nos mais diferentes níveis de ensino;

5. Esse mesmo reducionismo acrítico também aparece na tentativa de abordar conteúdos históricos amplos a partir de alguns de seus aspectos;

6. Uma noção fortemente restritiva e equivocada de cidadania, na medida em que o conceito é tratado sem problematização e com enfoque apenas na perspectiva político-constitucional.

Vale sublinhar que a BNCC-História, ao propor a definição de objetivos de aprendizagem e a forma de organização de conteúdos programáticos a partir dos “enfoques predominantes” traduzidos nos títulos apresentados no documento (BNCC, 2015, p. 243), bem como os quatro eixos “procedimentos de pesquisa”, “representações do tempo”, “categorias, noções e conceitos” e “dimensões político-cidadãs” (BNCC, 2015, p. 245-265), não propõe seriamente o ensino de história a partir de eixos temáticos, o que confunde a comunidade escolar e acadêmica.

Outro ponto crítico é que o documento negligencia o procedimento historiográfico de partir de problemáticas do presente para a definição de temas e para a organização de conteúdos programáticos para o ensino de história, uma vez que a compreensão do que é fato histórico pela historiografia constitui-se como construção histórica a partir do presente.

E ainda existem alguns aspectos que foram considerados perversos pelos membros do CCH e não explicitados pelo MEC. Exemplos: a total falta de critérios tanto na escolha dos membros da Comissão de Especialistas, quanto na conduta pouco democrática adotada por esta Comissão. De fato, seria interessante a presença de especialistas relacionados às diversas áreas do conhecimento histórico atuando na elaboração do documento, compartilhando ideias. A questão do tempo também é digna de consideração: três meses foram suficientes para todo o trabalho da Comissão? A discussão, bem como a conciliação das ideias, não acabaria exigindo um prazo maior?

O debate em torno da BNCC também oculta as contradições vividas no ambiente escolar e projeta como solução apenas as mudanças no currículo escolar. As condições de trabalho docente precarizadas e intensificadas com turmas e classes superlotadas, jornada de trabalho estafante, com professores assumindo aulas em diversas escolas, entre tantas outras rotinas que desprestigia o exercício da profissão. Por outro lado, não é proposta uma política de permanência das crianças e jovens no Ensino Básico e a proposta de ensino integral parece não fazer mais parte dos projetos educacionais.

Diante do exposto, e por entendermos que a proposta curricular representa um evidente retrocesso histórico nas políticas educacionais no país, o Colegiado do Curso de História em Assembleia extraordinária realizada no dia 14 de dezembro de 2015 deliberou pela rejeição a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em História, uma vez que avaliou em virtude do conjunto de observações críticas aqui enunciadas não é possível propor emendas à proposta em apreciação.

## Notícias e repercussões sobre a BNCC na grande imprensa:

<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1709478-proposta-de-ministerio-que-altera-ensino-de-historia-causa-reacoes.shtml>

<http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2015/11/1709642-mudancas-no-ensino-de-historia-sao-prejudiciais-diz-professor-da-unicamp.shtml>